



64895.34424

Aprovado em 06/08/13

REQUERIMENTO Nº 1 - CCJ

Senador(a) [assinatura]

Presidente da CCJ - SF

Recebido em 06/02/13

Hora: 18:13

Willy da Cruz Moura - Matr. 221276
CCJ-SF

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com o objetivo de discutir as origens da criminalidade em nosso país, as formas adotadas pelo Poder Público para prevenir e diminuir a violência, bem como para proteger a incolumidade da população, como, por exemplo, a interação entre órgãos de diferentes níveis de poder, e os melhores caminhos a serem percorridos pelo Estado no sentido de minimizar a incidência de delitos contra a pessoa, com os seguintes convidados:

- José Eduardo Martins Cardozo, Ministro da Justiça;
- José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro;
- Fernando Grella Vieira, Secretário de Segurança do Estado de São Paulo; e
- César Augusto Grubba, Secretário de Segurança do Estado de Santa Catarina.

JUSTIFICAÇÃO

Em função da Mensagem Presidencial da Presidenta Dilma Rousseff, entregue ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 2013, na qual, no item 13, Sua Excelência fez um balanço da segurança pública no ano de 2012 e apresentou o seu Plano de Governo para este ano de 2013 (anexo), este requerimento objetiva proporcionar a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a oportunidade de discutir o tema, a fim de identificar possíveis medidas



64895.34424

legislativas necessárias à consecução dos objetivos propostos pelo Poder Executivo e criar outras, caso seja conveniente e oportuno.

Em diversos Estados brasileiros, temos observado ações de colaboração do Governo Federal com os Governos Estaduais e Municipais, com vistas ao objetivo de melhorar as condições de segurança da população. Desde 2008, no Estado do Rio de Janeiro, o Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, seguindo orientação do Governador Sérgio Cabral, iniciou a experiência de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em diversas áreas da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Tal iniciativa tem alcançado resultados bastante positivos, que merecem ser melhor conhecidos.

Já no Estado de São Paulo, sob orientação do Governador Geraldo Alckmin, diversas medidas adotadas têm colaborado para a redução dos números percentuais de homicídios ao longo dos últimos anos, ainda que, nos últimos meses de 2012, tenha se registrado um recrudescimento da violência. Em dezembro último, o Secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira, anunciou importante medida no sentido de que sempre que houver incidentes como tiroteios, sejam as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) as chamadas para darem a devida assistência às pessoas.

O Estado de Santa Catarina tem, também, sofrido com o incremento da violência de forma inusitada, com ataques a bens públicos e particulares que, pela gravidade, merecem a discussão neste Senado, considerando, inclusive, a possibilidade de colhermos experiência para todo o país. Assim, avaliamos que seria muito interessante ouvir as ponderações do Secretário de Segurança do Estado.

O convite ao Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, e aos Secretários de Segurança Pública do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Santa Catarina constitui-se uma oportunidade para que



possamos os Senadores melhor conhecer as experiências e dificuldades que têm ocorrido em três grandes Estados do Brasil.

Sala das Comissões,


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy


Senador Casildo Maldaner

ANEXO

Extrato da Mensagem Presidencial de 2013

13. Justiça e Segurança Pública

A política nacional de segurança pública é orientada para a garantia desse direito fundamental a todos os cidadãos, por se tratar de obrigação constitucional do Estado, compartilhada entre os três níveis de governo, e sob a responsabilidade de toda a sociedade. Sua concepção orienta-se pelos princípios básicos de integração das instituições de segurança pública e de participação da sociedade nas ações combinadas de promoção de uma cultura de paz, prevenção à violência e repressão ao crime.

O fortalecimento das ações de segurança pública vem se dando de modo acelerado, sobretudo mediante a reestruturação e ampliação da capacidade operacional das polícias da União e a assunção por esta do seu papel indutor das políticas de segurança pública. Também, no que se refere ao marco legal, houve expressivos avanços em 2012, com a aprovação das leis: i) no 12.654, de 28 de maio, que trata da criação de banco de dados de perfis genéticos, para prever a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal; ii) nº 12.681, de 4 de julho, que institui sistema nacional de informações prisionais e sobre segurança pública e drogas; iii) nº 12.683, de 9 de julho, que atualizou o marco legal sobre crime de lavagem de dinheiro; iv) nº 12.714, de 14 de setembro, referente ao sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança; v) nº 12.736, de 30 de novembro – Detração Penal, que simplifica o procedimento para o abatimento do tempo de prisão cumprido provisoriamente pela pessoa condenada; e vi) nº 12.760, de 20 de dezembro – Lei Seca, que amplia o controle e as sanções sobre o uso de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência.

a) Segurança Pública

Em 2012, algumas medidas importantes foram adotadas no âmbito da segurança pública entre as quais cabe destacar a instituição, pela referida Lei nº 12.681 de 2012, do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp). Esse sistema integrará todas as informações relevantes no que tange à segurança pública, permitindo uma atuação mais organizada dos órgãos do setor e uma gestão mais efetiva da área por meio da utilização de moderna e adequada ferramenta de apoio operacional. O portal Sinesp entrará em operação em 2013, com informações das polícias estaduais, da Polícia Federal, do Departamento de Informática do Sistema



64895.34424

Único de Saúde (Datusus) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda em 2013 será desenvolvido o sistema nacional de registro de ocorrências, a ser disponibilizado aos Estados que não possuem tal ferramenta, trazendo assim, de forma definitiva, a padronização nacional desses registros.

Para dar sequência às ações de segurança pública nas regiões fronteiriças, em 2012, foi assinado termo de adesão ao Plano Estratégico de Fronteiras com os 11 Estados de fronteira, bem como a executaram-se oito projetos relacionados a essa temática.

Como parte das ações previstas no âmbito desses diversos projetos, foram capacitados 510 profissionais de segurança pública das fronteiras. Foram celebrados ainda 11 convênios para aparelhamento de 386 unidades operacionais, atendendo 12.872 profissionais dos órgãos estaduais de segurança pública, policiais militares, policiais civis, corpos de bombeiros e perícia.

Como resultado desse esforço conjunto, ainda com dados preliminares de alguns Estados de fronteira, contabilizou-se a apreensão de 69 toneladas de drogas; a lavratura de 1.933 autos de prisão em flagrante; a realização de 11.642 laudos periciais; a abordagem de 43.722 pessoas e 12.101 veículos; e a instauração de 4.654 inquéritos.

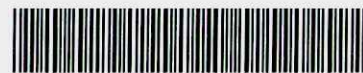
Para 2013, está prevista a implementação de um sistema de radiocomunicação de missão crítica digital interoperável que permitirá a integração dos 11 Estados de fronteira e dos órgãos federais atuantes na faixa fronteiriça. Também será estimulado o financiamento de sistemas de videomonitoramento nos Municípios mais vulneráveis dessa faixa, especialmente nas cidades gêmeas e na linha de fronteira, e prosseguirão as ações integradas de capacitação e de pesquisa, dentre outras.

O efetivo da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) desenvolveu, em 2012, 37 operações em 46 bases, localizadas em 17 Estados. Para 2013, intenciona-se continuar as operações desencadeadas em 2012, bem como manter empregado, permanentemente, um efetivo mínimo de 1,5 mil profissionais nas mais diversas operações, em especial as de apoio aos Grandes Eventos e às Operações Ambientais.

Outra ação de destaque no ano de 2012 é a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede Infoseg) que se consolida como o maior sistema de informações de segurança pública do País, totalizando cerca de 330 milhões de informações disponíveis para consulta. O Infoseg conta com informações sobre processos, inquéritos, mandados de prisão, condutores (Renach), veículos (Renavam), armas registradas (Sigma e Sinarm), além de informações do banco de dados da Receita Federal, com 155 milhões de Cadastros de Pessoa Física (CPF) e 20 milhões de cadastros de empresas, e da base de Restrições Judiciais de Veículos Automotores (Renajud).

Com relação ao Programa de Redução da Criminalidade Violenta – Brasil Mais Seguro, no eixo Enfrentamento à Impunidade estão previstas ações de fortalecimento da perícia forense e da polícia judiciária; enfrentamento às organizações criminosas e combate a grupos de extermínio; forças tarefa da FNSP na investigação de homicídios e na realização de perícia em armas de fogo; e a integração entre os sistemas policiais e judiciais com participação ativa do Ministério Público, do Poder Judiciário e da Defensoria Pública. Já no eixo Aumento da Sensação de Segurança prevê-se o policiamento ostensivo e o policiamento de proximidade voltados para as áreas mais vulneráveis dos Estados. Tais ações serão realizadas com base em indicadores constantes do mapa nacional da violência, abrindo-se a possibilidade de criação de centros integrados de comando e controle das ações. Além disso, cursos serão ministrados em diversas áreas, como investigação de homicídios e de tráfico de drogas ilegais, isolamento e preservação de locais de crime e medicina legal.

Para o controle de armas, além da continuidade da campanha do desarmamento, que prevê a entrega voluntária de armas de fogo pela população mediante indenização, dar-se-á ênfase à destruição dessas armas, principalmente as que estão sob custódia do Poder Judiciário ou armazenadas nas unidades policiais.



64895.34424

Com relação ao Programa *Crack*, é possível vencer, estão previstas, além de novas pactuações com Estados e Municípios que ainda não aderiram ao Programa, ações de acompanhamento e fortalecimento dos comitês locais de articulação entre a rede de segurança pública e os demais parceiros, tais como as redes de saúde, de assistência social, de educação e o sistema de garantia de direitos. A qualificação dos profissionais de segurança pública que atuarão no Programa será incrementada no tema de polícia de proximidade, tendo em vista que a entrega dos equipamentos deverá ser realizada ao longo do ano.

Teve início o processo de aquisição direta dos equipamentos necessários para a intervenção nas cenas de uso, nas 27 capitais do País, tais como bases móveis com videomonitoramento também móvel; veículos e motocicletas de apoio às bases móveis; equipamentos de menor potencial ofensivo para a utilização dos profissionais de segurança pública (espargidores de gás pimenta, pistolas de condutividade elétrica) e sistema de videomonitoramento fixo. Já foram entregues os equipamentos de menor potencial ofensivo e os protótipos dos veículos para aprovação. O contrato para aquisição das motocicletas foi assinado com a entrega do protótipo previsto para fevereiro de 2013. De igual maneira, haverá o fortalecimento da qualificação de novos policiais militares como instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), em todas as unidades da Federação. Na prevenção primária ao uso de drogas, em parceria com a comunidade escolar, crianças, adolescentes e pais, foram habilitados 432 profissionais para trabalhar nessa atividade apenas no segundo semestre de 2012, com previsão de aumento substancial nas capacitações mediante a expansão do Programa para os demais Estados e Capitais, em 2013.

No combate ao crime organizado, o Grupo Especial de Informações Sensíveis (Gise) teve um acréscimo de unidades e efetivo, sendo realizadas, até o mês de outubro de 2012, 43 operações policiais de repressão a drogas e desarticulação de organizações criminosas. Criou-se o Sistema Nacional de Repressão a Desvios de Recursos Públicos (SINDRP), visando ao agrupamento de informações gerenciais e criminais sobre pessoas jurídicas e físicas investigadas em inquéritos policiais relacionados aos crimes de desvios de recursos públicos; também foi instituído Grupo de Inteligência Geoespacial Ambiental; e deu-se continuidade à operação Arco de Fogo. O Projeto Tentáculos, relacionado ao combate a fraudes bancárias eletrônicas, foi aprimorado e proporcionou, somente no ano de 2012, uma redução da média mensal de prejuízos decorrentes dessa espécie de fraude de R\$ 12 milhões, em janeiro, para cerca de R\$ 4,5 milhões em dezembro. No ano, o valor consolidado dessas fraudes somou R\$ 111,5 milhões, o que representa uma redução de mais de R\$ 67 milhões em comparação a 2011.

Ademais, as fraudes na Internet tiveram redução na média mensal de R\$ 2 milhões para R\$ 1 milhão. A seu turno, as fraudes de clonagem de cartões foram reduzidas de R\$ 13 milhões para R\$ 7 milhões. Ainda está em desenvolvimento o Projeto Oráculo, que visa à segurança cibernética e ao desenvolvimento de tecnologia para investigação de invasão e ataques cibernéticos contra a administração pública federal, estando previstas diversas atividades para os anos de 2012 a 2014.

Dentre as operações de inteligência policial na área de repressão a crimes ambientais cometidos em terras indígenas, merecem destaque a *Xawara*, em Roraima, e a *Eldorado*, em Mato Grosso; já na área de repressão a crimes violadores de direitos humanos, ressalte-se a Operação *Squadre*, no Estado da Paraíba. Espera-se, para 2013, elevar o número de operações especiais e capacitar os servidores para prevenção e repressão a crimes contra a previdência e o patrimônio, crimes fazendários, crimes financeiros e de lavagem de dinheiro, crimes ambientais, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, crimes violadores de direitos humanos, dentre outros.

Em 2012 destacam-se ainda as atividades de lançamento da ferramenta de busca *Sianpse*; recebimento da segunda aeronave *Vant*; incremento das ações de contrainteligência, e apoio a outras ações de inteligência e contrainteligência em diversos



64895.34424

Estados da Federação. Para 2013 está prevista a manutenção do Projeto de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (Sisvant), com aquisição de duas aeronaves; do apoio (e intercâmbio) às polícias internacionais e agências de inteligência estrangeiras; e da participação nas atividades de inteligência dos grandes eventos.

b) Sistema Penitenciário Brasileiro

Em 2012, 16.631 novas vagas foram contratadas no sistema prisional. Foram ainda elaborados, seis projetos-referência de cadeias públicas para doação às unidades da Federação. Para 2013, a previsão é de que sejam celebrados novos contratos de repasse para, até 2014, alcançar a meta de gerar 42,5 mil vagas no sistema prisional, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional.

Em 2011 e 2012, foram doados 103 veículos furgão para transporte de presos e 70 ambulâncias (padrão Samu) aos Estados e ao Distrito Federal, e para 2013 está prevista ainda a doação de mais 215 veículos para transporte de presos.

Em parceria com o Ministério da Educação, a oferta educacional foi qualificada e ampliada, com a disponibilização de vagas específicas para o sistema prisional: 27 mil novas vagas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), dez mil novas vagas no Programa Brasil Alfabetizado (PBA), duas mil vagas para educadores bolsistas e 90 mil vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para 2013 e 2014. No Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), foram mais 23 mil presos inscritos.

Destaca-se também a implementação do Projeto de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes (Procap) em estabelecimentos penais de 19 Estados, alcançando mais de 36 mil beneficiários. Para 2013, a previsão é de que as oito unidades da Federação ainda não contempladas recebam investimentos para iniciarem o projeto.

Em 2012, 25 Estados foram qualificados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, e toda população carcerária foi incluída no Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde. Foram realizadas ainda ações para incluir a população sob custódia no Cartão SUS e no programa Rede Cegonha. As unidades da Federação também receberam apoio do Governo para ampliar o número de Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil em Unidades Prisionais, totalizando 41 em todo o País.

Para tratar da questão de gênero, estabeleceu-se, em 2012, o Projeto Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal e pretende-se lançar, no início de 2013, a primeira etapa da Política Nacional de Atenção Integral às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas.

No âmbito do Sistema Penitenciário Federal, no ano de 2012, uma das medidas adotadas foi o incentivo à prática da videoconferência que se revelou um procedimento mais seguro e econômico que as audiências presenciais, evitando a saída do preso.

Foi regulamentado também o projeto Remição pela Leitura, nas penitenciárias Federais, em que o preso poderá reduzir sua pena mediante a produção de resenhas de livros. Participaram do projeto, no ano de 2012, mais de 1,2 mil presos.

A Ouvidoria do Sistema Penitenciário (Ospen) atuou em 2012 no fortalecimento e na articulação dos conselhos da comunidade, conselhos penitenciários e ouvidorias estaduais do sistema penitenciário com intuito de formar a Rede de Participação e Controle Social da Execução Penal. A fim de elevar o patamar das condições de vida das pessoas aprisionadas no Brasil e fiscalizar o cumprimento das legislações, políticas e programas federais, a Ospen realizou o monitoramento *in loco*, articulado com órgãos federais, da política penitenciária em 11 unidades da Federação, abrangendo 53 estabelecimentos penais, e acompanhou as questões referentes ao sistema prisional brasileiro nos organismos de direitos humanos nacionais e internacionais.

.....